



REVISTA
Casa da

ISSN 2316-8056

GEOGRAFIA
de Sobral

A TERRA É DE NINGUÉM! A OCUPAÇÃO DOS POSSEIROS NO CASTANHAL FORTALEZA - SÃO GERALDO DO ARAGUAIA/PA – (1980-1990)

Land belongs to no one! The occupation by posseiros in the Fortaleza Brazil nut grove - São Geraldo do Araguaia/PA – (1980-1990)

¡la tierra no es de nadie! La ocupación de los poseedores en el Castaño Fortaleza - São Geraldo do Araguaia/PA – (1980-1990)

 <https://doi.org/10.35701/rcgs.v27.1142>

Samuel Santos da Silva¹

João Santos Nahum²

Histórico do Artigo:

Recebido em 26 de maio de 2025

Aceito em 27 de dezembro de 2025

Publicado em 29 de dezembro de 2025

RESUMO

Este artigo trata da mudança ocorrida no castanhal Fortaleza, localizado em São Geraldo do Araguaia, sudeste do Pará. No contexto amazônico, castanhal corresponde a uma área de mata de terra firme com grande concentração de castanheiras (*bertholletia excelsa*), árvore da castanha-do-pará, logo, pode se tornar uma área de coleta dos ouriços de castanha-do-pará. Os posseiros eram os ocupantes, sem título da terra, de grandes áreas de fazendas ou castanhais considerados irregulares ou improdutivos. Nesta pesquisa foram analisadas as dinâmicas espaciais com foco na ocupação dos posseiros do castanhal Fortaleza. Especificamente, objetivou-se compreender como começou a transição, com a ocupação dos posseiros, focando nos elementos da paisagem, na configuração espacial e nas dinâmicas sociais; verificar como ocorreu a demarcação e criação do projeto de assentamento (P.A) no castanhal Fortaleza. A análise fundamenta-se nos conceitos de configuração espacial, paisagem e dinâmicas sociais, com base nas noções de transição e situação geográfica. Em relação aos materiais e métodos utilizados houve, após a revisão bibliográfica, uma pesquisa de campo participativa, executada por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas entre julho de 2022 e julho de 2023. A pesquisa de campo com os moradores da área do castanhal Fortaleza atual trouxe questões pertinentes sobre a Amazônia, que continua sofrendo com o desmatamento.

Palavras-chave: Conflitos de terra. Demarcação de terras. Desmatamento.

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), campus Belém.

E-mail: samuel.santos10@professor.to.gov.br

 <https://orcid.org/0000-0002-4189-9492>

² Professor do curso de licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA), campus Belém.

E-mail: prof.joaonahum@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-7791-9240>

ABSTRACT

This paper addresses the changes that took place in the *castanhal* Fortaleza, located in the municipality of São Geraldo do Araguaia, in the southeastern region of Pará. In the Amazonian context, a *castanhal* refers to an area of upland forest with a high concentration of Brazil nut trees (*Bertholletia excelsa*), the tree that produces Brazil nuts; such an area may therefore become a site for collecting Brazil nut pods. "The *posseiros* were the occupants, lacking land titles, of large areas of ranches or Brazil nut groves (*castanhais*) considered irregular or unproductive. This research analyzed the spatial dynamics focusing on the occupation by squatters in the Fortaleza Brazil nut grove. Specifically, it aimed to understand how the transition began with the squatters' occupation, focusing on landscape elements, spatial configuration, and social dynamics; and to verify how the demarcation and creation of the Settlement Project (P.A.) occurred in the Fortaleza grove. The analysis is grounded in the concepts of spatial configuration, landscape, and social dynamics, based on the notions of transition and geographical situation. Regarding materials and methods, after the literature review, a participatory field study was conducted through semi-structured interviews carried out between July 2022 and July 2023. In addition to the interviews, photographic records of the landscape were produced, and thematic cartography was employed. Fieldwork conducted with the residents of the current Fortaleza Brazil nut grove area raised pertinent questions about the Amazon, which continues to suffer from deforestation.

Keywords: Land conflicts. Land titling and demarcation. Deforestation.

RESUMEN

Este artículo aborda los cambios ocurridos en el *castanhal* Fortaleza, ubicado en el municipio de São Geraldo do Araguaia, en el sureste del estado de Pará. En el contexto amazónico, *castanhal* corresponde a un área de selva de tierra firme con una alta concentración de castaños (*Bertholletia excelsa*), el árbol de la castaña de Brasil; por lo tanto, puede convertirse en un área de recolección de los ouricós de castaña. Los poseedores (o *posseiros*) eran los ocupantes, sin título de propiedad, de grandes extensiones de haciendas o castañales considerados irregulares o improductivos. En esta investigación se analizaron las dinámicas espaciales con enfoque en la ocupación de los poseedores del castaño Fortaleza. Específicamente, el objetivo fue comprender cómo se inició la transición con la ocupación, centrándose en los elementos del paisaje, la configuración espacial y las dinámicas sociales; y verificar cómo ocurrió la demarcación y creación del Proyecto de Asentamiento (P.A.) en el castaño Fortaleza.. El análisis se fundamenta en los conceptos de configuración espacial, paisaje y dinámicas sociales, basados en las nociones de transición y situación geográfica. En cuanto a los materiales y métodos utilizados, después de la revisión bibliográfica se llevó a cabo una investigación de campo participativa mediante entrevistas semiestructuradas realizadas entre julio de 2022 y julio de 2023. Además de las entrevistas, se realizaron registros fotográficos del paisaje y se empleó cartografía temática. La investigación de campo con los habitantes del área actual del castaño Fortaleza aportó cuestiones pertinentes sobre la Amazonía, que continúa sufriendo con la deforestación (o desmonte).

Palabras clave: Conflictos de tierras. Demarcación de tierras. Deforestación

INTRODUÇÃO

Neste artigo, discute-se o processo de ocupação dos *posseiros* no *castanhal* Fortaleza, localizado no município de São Geraldo do Araguaia, sudeste do Pará. Na Amazônia, *castanhal* corresponde a uma área de mata de terra firme com grande concentração de castanheiras (*bertholletia excelsa*), arvore da castanha-do-pará, logo, pode se tornar uma área de coleta dos ouricós de castanha-do-pará apropriada por oligarquias como ocorreu no sudeste paraense, assim como, ocupada por castanheiros em reservas extrativistas - RESEXs. Os *posseiros* eram os ocupantes, sem título da terra, de grandes áreas de fazendas ou *castanhais* considerados irregulares ou improdutivos. Esses

ocupantes eram considerados invasores pelo discurso dominante e em muitas situações eram criminalizados.

No castanhal Fortaleza, a chegada de posseiros nos de 1980 levou a conflitos de terra, criação dos projetos de assentamento (P.A.), à rizicultura, formação da vila Fortaleza, a extração de madeira e a introdução da pecuária como atividade econômica dominante até a atualidade. Esta pesquisa procura compreender o início dessa transição com a ocupação dos posseiros, conflitos de terra e demarcação do castanhal Fortaleza. Partindo dessa reflexão, elaborou-se a seguinte pergunta: como foi o início da transição do castanhal Fortaleza a partir da ocupação dos posseiros entre os anos de 1980 e início dos anos 1990?

O objetivo geral é analisar as dinâmicas espaciais com foco na ocupação do posseiros no castanhal Fortaleza - São Geraldo do Araguaia/PA. Os objetivos específicos são: demonstrar como começou a transição no castanhal Fortaleza a partir da ocupação posseira e verificar como ocorreu a demarcação e criação do projeto de assentamento (P.A) no castanhal Fortaleza. A análise desta pesquisa fundamenta-se nos conceitos de configuração espacial, paisagem e dinâmicas sociais, entendidos à luz da noção de transição e situação geográfica.

As informações para essa análise foram obtidas a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com o auxílio de roteiro de campo disposto em apêndice no fim deste artigo. As entrevistas foram realizadas com moradores do município de São Geraldo do Araguaia, principalmente na área da vila Fortaleza, em três momentos diferentes entre julho de 2022 e julho de 2023. Os entrevistados assinaram o termo de livre consentimento sobre o intuito da entrevista. No primeiro momento de entrevistas, realizado em julho de 2022, foram executadas duas entrevistas com dois moradores da vila Fortaleza. O segundo momento da pesquisa de campo ocorreu no fim de 2022 e início de 2023, durante duas semanas, período em que foram realizadas onze entrevistas com moradores de São Geraldo do Araguaia/PA tanto na vila Fortaleza como na sede municipal.

Em junho e julho de 2023, ocorreu um terceiro momento de entrevistas realizadas no período de sete dias, na vila Fortaleza, Araguaína/TO e em São Geraldo do Araguaia/PA. Nesse último momento, na vila Fortaleza e em seu entorno, realizou-se quatro entrevistas, sendo três com os primeiros moradores do lugar. Além das entrevistas semiestruturadas, foram feitos registros fotográficos da paisagem e utilizou-se a cartografia temática, através de um croqui da vila Fortaleza no fim dos anos de 1990, elaborados com base nos relatos dos entrevistados e em imagens de satélite.

Os relatos das entrevistas foram gravados em gravador de aparelho celular e posteriormente com a ajuda do *word* foram transcritos. As falas transcritas foram divididas em quadro

para a tabulação de acordo com o período de formação da área de pesquisa: situação inicial, transição e situação atual; e os conceitos de configuração espacial, paisagem e dinâmicas sociais e suas variáveis.

Este artigo é composto por esta introdução; fundamentos teóricos-metodológicos onde será dissecado sobre a metodologia analítica e fundamentação teórica usada nesta pesquisa; contexto geográfico da região sudeste do Pará com foco no extrativismo da castanha-do-pará, desmatamento, conflitos de terra e implantação da pecuária; desenvolvimento do artigo dividido que destacará a ocupação dos posseiros, conflitos de terra e demarcação no castanhal Fortaleza; considerações finais, referencias e apêndices.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS

Os principais conceitos que norteiam esta pesquisa são: paisagem, configuração espacial e dinâmicas sociais. Para cada um desses três conceitos, foi selecionado um elemento norteador, com o objetivo de evidenciar o começo da transição ocorrida no castanhal Fortaleza. No que diz respeito à paisagem, verificou-se avanço das pastagens e principalmente roças de arroz sobre a vegetação nativa, à medida que aumentou o uso e a ocupação da terra pelos posseiros e colonos. A configuração espacial levará em conta as vias e meios de circulação na área de pesquisa. Já as dinâmicas sociais serão mostradas por meio do uso e ocupação da terra pelos posseiros e colonos.

A escolha desses elementos para representar as dinâmicas espaciais justifica-se pela indissociabilidade entre eles. A reconfiguração espacial da área de pesquisa, com a abertura e ampliação de estradas, é evidenciada pela nova paisagem, fruto das derrubadas para o estabelecimento de roças e pastagens, assim como pelas novas dinâmicas sociais que trazem novas formas de uso e ocupação da terra para o castanhal Fortaleza, conforme será mostrado neste artigo. Essa indissociabilidade entre as variáveis está diretamente relacionada às dinâmicas espaciais que conduziram à transição.

No castanhal Fortaleza, localizado em São Geraldo do Araguaia, ocupado pelas oligarquias a partir dos anos de 1930 (NOSSA, 2012) as dinâmicas espaciais estão relacionadas às seguintes atividades econômicas: extrativismo da castanha-do-pará, exploração madeireira e pecuária. Cada uma dessas atividades, durante seu período de predominância na área do castanhal Fortaleza, possuía uma configuração espacial ligada à apropriação espacial, sendo visível na paisagem e nas dinâmicas sociais.

A configuração espacial remete à organização do espaço, ou seja, à forma como se dá a disposição dos objetos em uma dada área e às ações que são empreendidas ou demandadas por tais objetos (Santos, 2020; 2021). A configuração espacial é percebida na paisagem, formada por objetos do passado e do presente configurados no espaço (Santos 2021). Esses dois conceitos estão interligados, pois a paisagem é a fração concreta da configuração espacial.

Em relação à configuração espacial e a paisagem da área de pesquisa, onde atualmente é a vila Fortaleza e fazendas bovinas próximas, existia um castanhal, onde predominava a rede hidrográfica, com destaque para o igarapé Sororozinho, e a floresta amazônica, especialmente as castanheiras nas matas de terra firme. Havia, ainda, algumas construções pouco numerosas que formavam a sede do castanhal, além de roças e pastagens destinadas à alimentação da tropa de muares.

Com a ocupação do castanhal pelos posseiros ocorre a quebra dessa estrutura e, em seu lugar, formou-se um projeto de assentamento a partir dos conflitos de terra e demarcação do castanhal que levaram à implantação da pecuária como atividade hegemônica até os dias de hoje. Para entender essa mudança na configuração espacial e na paisagem do castanhal Fortaleza, é preciso considerar as dinâmicas sociais relacionadas ao uso e à ocupação da terra por posseiros e colonos no início da transição. O uso e a ocupação da terra são, ao mesmo tempo, influenciados e influenciam as ações combinadas impostas aos lugares funcionalizados na escala da divisão do trabalho. Essas ações se relacionam com as dinâmicas sociais, pois reorganizam o espaço e possibilitam novas maneiras de uso e apropriação da terra.

Para que os conceitos destacados expliquem esse processo de transição, o método de análise é a periodização espacial, pautada na situação geográfica e na noção de transição. A identificação do processo de transição marca o início da compreensão da formação espacial da área de pesquisa. Com base em Santos (2021), entende-se a formação espacial como as dinâmicas humanas em uma dada área, cujos processos revelam-se mediante elementos como a paisagem, configuração espacial e as dinâmicas sociais, que se alteram de forma contínua e com maior rapidez quando há transições.

O conceito de transição, assim como a ideia de evento, conforme Santos (2020a), delimita as dinâmicas espaciais de um lugar. O entendimento da existência de um evento configura uma forma de periodização espacial, pois os eventos são demarcadores de um período geográfico (Nahum 2019). Cada novo evento resulta em um conjunto diferente de formas-contéudos (Santos 2020a).

A transição assinala um marco no espaço-tempo e, por isso, divide a constituição do local onde acontece em antes e depois da sua ocorrência. Isso leva a uma periodização relacionada a uma situação geográfica, resultante da influência da transição sobre os lugares (Silveira 1999). A situação geográfica está atrelada a uma área de ocorrência definida pela configuração do espaço (Silveira 1999).

Com base nisso, na formação espacial da área de pesquisa, há três períodos geográficos: situação geográfica inicial (SG1), transição(s) e situação geográfica atual (SG2). Tanto a situação inicial quanto a situação atual são resultados da combinação de uma configuração espacial e dinâmicas sociais concretizadas na paisagem, na medida em que a transformam. Entretanto, por se tratar de um artigo, esta pesquisa focou no início da transição entre SG1 E SG2 do castanhal Fortaleza; porém, uma contextualização e relação com as situações iniciais, continuação da transição e atuais serão necessárias para um entendimento do processo de formação do lugar em sua totalidade.

A transição começa com a ocupação dos posseiros que questionaram as dinâmicas sociais vigentes e enfrentaram o poder das oligarquias dos castanhais. Partindo dessa premissa, a ocupação dos posseiros é vista como uma dinâmica social diferente, pois, não reconhecia a legitimidade dos donos de castanhais e, devido a isso, considera-se essa ocupação como início de uma transição na dinâmica espacial da área de pesquisa; logo, é o ponto de partida do percurso metodológico. A seguir foi feita uma contextualização da formação espacial do sudeste paraense, focando nos castanhais, na ocupação dos posseiros, conflitos de terra e desmatamento com o intuito de entender melhor a transição ocorrida na área de pesquisa deste artigo, localizada nessa região.

SUDESTE PARAENSE E OS CASTANHAIS: DA APROPRIAÇÃO DAS OLIGARQUIAS À OCUPAÇÃO DOS POSSEIROS

Para uma melhor compreensão da área do castanhal Fortaleza, é importante expor traços gerais da constituição espacial da região sudeste do Pará, focando no extrativismo da castanha-do-pará, na ocupação dos castanhais, no desmatamento e na implantação da pecuária. A formação espacial dessa região começa com a colonização portuguesa, que instalou fortes militares ao longo do rio Tocantins. Contudo, foi somente no fim do século XIX que foi fundada Marabá, principal cidade do sudeste paraense e centro urbano primário da extração da castanha-do-pará (*bertholletia excelsa*), principal produto regional entre as décadas de 1920 e 1970.

A castanha-do-pará encontrava-se em abundância nas matas do rio Itacaiúnas e afluentes, próximo à Marabá, numa área que ficou conhecida como Polígono dos castanhais. Essa

amêndoam amazônica trata-se, na verdade, da semente do fruto chamado ouriço, o qual floresce nas copas das grandiosas castanheiras e começa a cair nos meses chuvosos da região amazônica, quando inicia a safra do fruto.

Um agrupamento de castanheiras forma um castanhal. Do ponto de vista ecológico, os castanhais são agregados naturais formados, em média, por 50 a 100 árvores de castanha-do-pará (Almeida, 2015). Áreas com grande concentração de castanheiras podem ser encontradas em toda a bacia amazônica, desde o Peru ao sudeste do Pará, onde se localizava o supracitado Polígono dos castanhais.

Os castanhais do sudeste do Pará são apropriados na década de 1920 pelas oligarquias do Tocantins, referência ao principal rio da região, assim chamada por Emmi e Marin (1998). Esse período coincide com a expansão da extração da castanha-do-pará, que levou a região de Marabá a ocupar o posto de principal área de fornecimento desse fruto no Pará. As oligarquias dos castanhais eram formadas por famílias detentoras do poder sobre as áreas de coleta, associado ao domínio da extração atrelado aos interesses das casas aviadoras de exportação (Emmi e Marin, 1998).

Uma das principais famílias a controlar o Polígono dos castanhais foram os Mutrans, que, entre as décadas de 1950 e 1970, tornaram-se dominantes no extrativismo da castanha-do-pará no sudeste paraense (Barreiros, Fernandes e Andrade 2017). Entretanto, em meados da década de 1960, novas ações e eventos prenunciaram a queda do extrativismo do castanha-do-pará em Marabá e região, assim como a perda de prestígio político das oligarquias.

Entre as ações que enfraquecem as oligarquias, houve o Plano de Integração Nacional (PIN). Embora não tenha tido como objetivo principal a desarticulação das oligarquias, o PIN proporcionou isso por meio da abertura das principais rodovias na região sudeste do Pará, nos anos de 1970, como a BR-230 (Transamazônica) e a BR-153. Essa infraestrutura propiciou novas formas de uso da terra, com a criação de assentamentos e os incentivos fiscais concedidos pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) para a introdução de grandes projetos agropecuários.

No bojo do PIN, outra medida importante tomada pela ditadura militar foi a inclusão de Marabá como área de segurança nacional em 1970, em meio à eclosão da guerrilha do Araguaia, movimento de caráter revolucionário empreendido pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) na região do Baixo Araguaia, próximo a Marabá. Além da guerrilha, as atividades minerais na Serra Pelada e na Serra do Carajás também desmantelam as oligarquias dos castanhais e reconfiguram o espaço local.

Ademais, conforme Emmi e Marin (1998), a atuação de órgãos estatais também contribuiu para a diminuição do poder oligárquico. Entre tais entidades governamentais, destacam-se: o Instituto

Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que atuou, a partir de 1970, no processo de regularização fundiária e colonização das terras do sudeste paraense; O Grupo Especial de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), criado em 1980, cuja principal função era resolver os conflitos pela posse da terra, os quais se intensificaram no sudeste do Pará com a abertura de estradas, o desmatamento e a exploração de madeira e mineral, principalmente, a partir da década 1980.

Com o aumento dos conflitos, do desmatamento e da exploração de madeira, nem mesmo as castanheiras foram poupadadas. Para Homma (2001), apesar de protegida contra o desmatamento desde os anos de 1960, as castanheiras passaram a ser derrubadas devido à perda de competitividade do extrativismo da castanha-do-pará frente a outras atividades econômicas consideradas mais lucrativas e acessíveis, como a exploração da madeira e a conversão das matas em pastos para a pecuária.

Nesse cenário, os rebanhos bovinos substituíram o extrativismo devido à viabilidade e às vantagens econômicas oferecidas por essa atividade, como a redução dos custos de escoamento da produção via eixo rodoviário, o baixo investimento de capital para instalação e a pouca necessidade de preparar o solo (Rivero *et al* 2009). A abertura de estradas trouxe para o sudeste do Pará atores com interesses diversos, como posseiros, madeireiros, grileiros, grandes empresários e garimpeiros, que passaram a entrar em atrito, bem como pressionar as oligarquias regionais.

A região tornou-se foco de tensão e conflitos pela terra que perduram até os dias atuais. Com a chegada dos migrantes nas décadas de 1970 e 1980, esses conflitos se alastraram pelos castanhais reivindicados pelas oligarquias e ocupados por posseiros. Esses migrantes posseiros, diferentemente dos castanheiros, não estavam presos a relação de dependência e não reconheciam o domínio oligárquico. A tentativa das oligarquias de manter a posse das áreas de coleta da castanha gerou conflitos violentos durante essas décadas, com destaque para uma chacina ocorrida em 1985, que resultou na morte de dezenas de posseiros em castanhais situados entre os municípios de Marabá e Xinguara (Emmi e Marin 1998).

De acordo com Mazutti (2019), as oligarquias tentaram conservar seu poder e preservar as áreas de coleta através do uso de meios legais, como a proposta de criação da área do citado Polígono dos Castanhais, em meio aos conflitos fundiários da região na década de 1980. Em 1983, a Associação dos Exportadores de Castanha do Pará e o Sindicato Rural de Marabá propuseram a demarcação do Polígono, o que implicou no projeto de lei n.º 2036/83, aprovado pela Câmara em 1986. No entanto, o projeto não passou pelo Senado, sendo arquivado (Emmi 2002). Com o fracasso dessa proposta, as matas continuaram sendo ocupadas e derrubadas.

A criação de projetos de assentamentos (P.A.) em áreas ocupadas por posseiros contribuiu para a diminuição dos conflitos de terra nos castanhais. Contudo, as disputas por terra continuaram ocorrendo em áreas de grandes fazendas. Em meio às mudanças marcadas por abertura de estradas, derrubadas e conflitos de terra, ocorre, no sudeste do Pará, a reorganização da divisão política-administrativa, com a fundação de novos municípios nas décadas de 1980 e 1990, bem como uma proposta mais recente de separação dessa região do restante do Pará e a criação do Estado de Carajás (BRASIL, 2011).

POSSEIROS E OS CONFLITOS POR TERRA NO CASTANHAL FORTALEZA

A relação entre a abertura de estradas e o desflorestamento na Amazônia é perceptível desde a implantação de grandes projetos na região, a partir dos anos de 1960 (IMAZON 2014; OECO 2013). As grandes estradas abertas na Amazônia possibilitaram a chegada de migrantes à procura de terras ou outras riquezas naturais, como minério, bem como propiciaram a dilapidação da floresta com os chamados arrastões ou entradas de caminhões madeireiros, os quais, em determinadas áreas, utilizaram os ramais de tropas abertos para o extrativismo da castanha-do-pará. Todavia, essa relação nem sempre é direta, haja vista que a estrada possibilita a chegada e a circulação de pessoas, e o desmatamento também se relaciona, em muitas situações, à falta de alternativas econômicas, à pobreza dos recém-chegados e à viabilidade econômica da pecuária (Rivero *et al* 2009; Homma 2001).

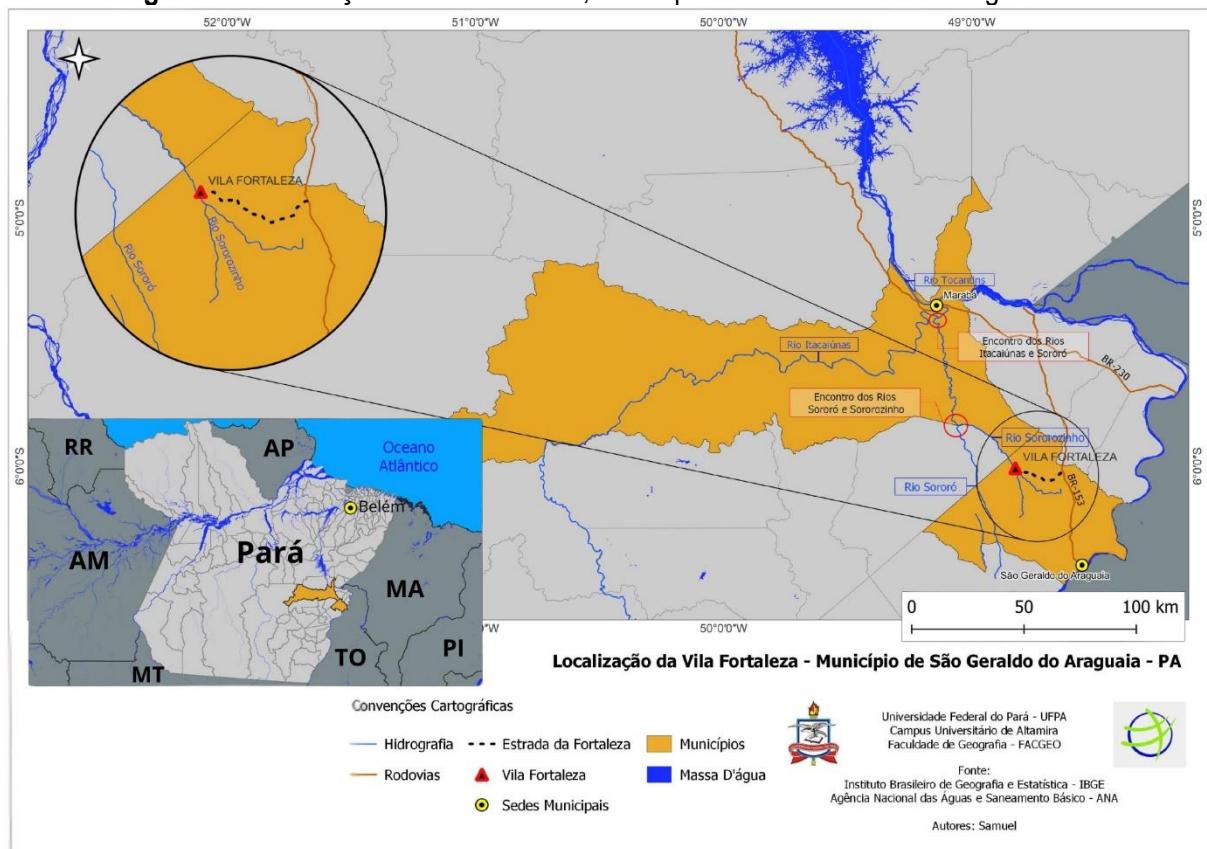
No caso da BR-153, antiga OP-2 aberta pelos militares, interessa a estrada aberta no km 45 dessa BR, saindo da sede de São Geraldo do Araguaia. Essa via, denominada de estrada da Fortaleza, ligava o castanhal homônimo à BR- 153, o que atraiu muitos posseiros para o castanhal controlado pelas oligarquias. O castanhal Fortaleza era composto pelas matas de terra firme, onde se encontravam as castanheiras; pelo igarapé Sororozinho; e pela sede, que incluía barracão, paiol, pista de pouso, curral e roças.

Durante a safra da castanha-do-pará, o castanhal era ocupado por centenas de castanheiros, tropeiros, barqueiros e outros trabalhadores. Dentre tais trabalhadores, o castanheiro era o responsável pela coleta da castanha-do-pará na mata e, geralmente, estava atrelado ao patrão do castanhal por dívida, através do sistema de avitamento, uma forma de adiantamento recebido em produtos básicos e essenciais para a coleta e sobrevivência na mata.

A chegada dos posseiros quebra a estrutura vigente nesse castanhal, resultando em conflitos com pistoleiros contratados pelo foreiro do castanhal, assim como no desmatamento que faz os trabalhadores no castanhal Fortaleza dedicarem à outras atividades, como a rizicultura e a criação

de gado bovino conforme, observado por Silva e Brito (2020). Este tópico aborda a ocupação dos posseiros, os conflitos por terra, a demarcação feita pelo INCRA no castanhal Fortaleza, cuja localização atual é mostrada na figura 1, assim como a ampliação e o fluxo pela estrada da Fortaleza no período de transição, com a demarcação do P.A. Lagoa Bonita, que resulta em desmatamentos para cultivo de roças de arroz ou outros alimentos.

Figura 2: Localização da vila Fortaleza, município de São Geraldo do Araguaia/PA.



Fonte: Autores (2025).

Com a expansão da BR-153, segundo a pesquisa de campo, no início da década de 1980 já existiam entradas ligando essa rodovia ao castanhal Fortaleza. Essas entradas eram ramais de tropas ou arrastões abertos por madeireiros, haja vista que, nesse período, já havia sido feita a exploração do mogno (*swietenia macrophylla*) retirado dessa região desde o início dos anos de 1970.

Segundo os relatos de campo, nessa época já existia tráfego de carros, além dos caminhões madeireiros, na supracitada estrada da Fortaleza. Esse fluxo de veículos, contudo, ainda era incipiente, havendo muitos entraves impossibilitando uma circulação mais intensa, como as condições precárias da via devido à falta de manutenção, assim como as chuvas, que eram mais duradouras, uma vez que se tratava de um espaço até então pouco desmatado. Os primeiros

migrantes a chegarem nesse período transitavam a pé até a Fortaleza e proximidades. Segue fala do entrevistado 8 (pesquisa de campo 2022), que chegou à área de pesquisa no início da década de 1990, quando já havia se formado uma pequena povoação onde ficava o castanhal referido.

Tinha uma vicinal aí! A primeira vez que eu entrei para cá eu andei mais de pé que de carro! Só tinha um carro que vinha aqui 2 vezes por semana e como eu morava longe para lá não sabia! o pessoal que morava aqui não tinha nem como conversar!

O supracitado entrevistado chegou à Fortaleza após os conflitos entre posseiros e pistoleiros, assunto abordado neste tópico. Outros entrevistados também relataram como era o fluxo pela estrada da Fortaleza entre o fim da década de 1980 e o início dos anos de 1990. O tempo era mais lento em razão das condições precárias da estrada, segundo atesta o entrevistado 7 sobre o trajeto para São Geraldo (pesquisa de campo 2022) “Era mais de um dia para poder ir! dois dias para ir e vim. Não tinha esse negócio de ir e voltar no mesmo dia, não!”. Esse entrevistado complementou, informado o seguinte sobre o fluxo da estrada nesse período:

As pessoas, quando falecia, levavam tiro aí para dentro, traziam na rede até aqui (Fortaleza) e aqui ficavam esperando por um carro de linha que vinha e que fosse para levar, se tivesse como escapar, escapava, se não tivesse morria! As pessoas com malária também que não se aquietava, aí atava a rede nos pés de pau esperando chegar os carros de linha.

A prática de carregar os enfermos, acidentados ou até falecidos em redes era bastante comum em áreas onde ainda não havia estrada por onde passasse carro. Geralmente, essas pessoas eram conduzidas até um ponto onde passavam veículos, como era o caso do antigo castanhal Fortaleza, que se transformou numa vila e servia como fim de linha para o tráfego de carros. Isso ocorria porque o igarapé Sororozinho constituía uma barreira natural, impedindo a circulação de veículos para além dessa localidade.

Tal situação só foi resolvida com a construção de um aterro e de uma ponte sobre o igarapé, durante o mandato do segundo prefeito eleito no município de São Geraldo do Araguaia, Zezinho do Ananias. Ainda sobre o término da linha de veículos no povoado citado, o entrevistado 9 (pesquisa de campo 2022) informou o seguinte:

“Aqui na época, o carro da linha só vinha até aqui (Fortaleza). O ponto final era bem ali no Tica, que na época era do Geneci. Para frente, aqui não tinha estrada para carro não! Então, o carro vinha até aqui na Fortaleza e daqui ele voltava. Aí, quando o pessoal vinha da cidade para cá daqui para frente naquele tempo, usava o paneiro...aham e aí colocava as compras dentro do paneiro e jogava nas costas e viajava aí para dentro”.

Esse relato também exemplifica como os paneiros, cesto de palha utilizado para colocar os ouriços de castanha, foram uma permanência, pois continuaram a ser usados, nessa fase de mudança, pelos moradores locais, principalmente para carregar compras feitas na cidade. Ademais, o trajeto era feito, em muitos casos, a pé, em conformidade com o mencionado anteriormente, já que nem todo mundo tinha condições de possuir um animal de carga, segundo o entrevistado 9 (pesquisa de campo 2022).

Devido a isso, segundo a pesquisa de campo (2022), os tropeiros foram importantes nesse momento de transição, pois, geralmente, eram os únicos com tropa disponível para carregar as compras dos moradores que vinham da cidade, bem como a mudança dos migrantes recém-chegados. Esses trabalhadores, assim como os paneiros que eles usavam, também foram uma permanência da época do castanhal, perdendo importância na segunda metade da década de 1990, quando outros moradores locais começaram a comprar tropas e veículos, com a melhora e expansão das estradas.

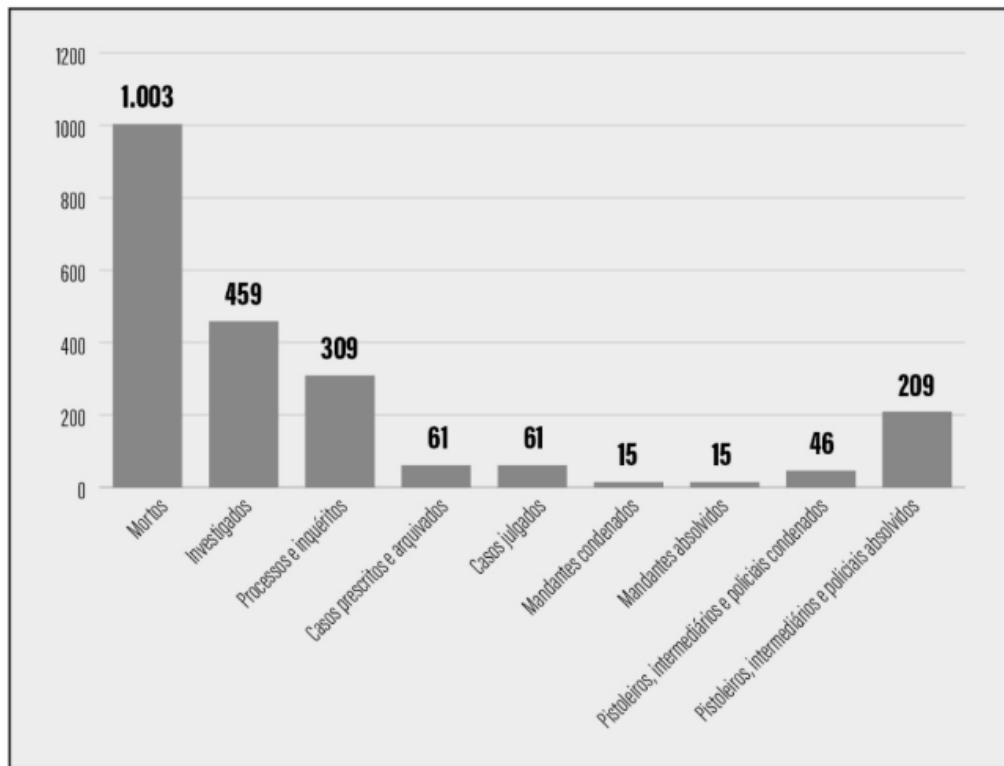
Em relação à melhoria e à ampliação das estradas existentes nesse período, além da atuação do Estado, representado pelo poder público municipal, os entrevistados citaram a importância dos madeireiros e das serrarias. “A Madeireira deu uma reformada nessas estradas. Tinha pessoas que doaram castanheiras só em prol de receber o benefício da estrada” (Entrevistado 8, pesquisa de campo, 2022). Essa fala demonstra que essa melhoria das estradas pelas serrarias, além de visar a melhoria da circulação, tinha por escopo ter acesso a novos estoques de madeira, barganhada pelos colonos como moeda de troca pela benfeitoria nas estradas.

A ampliação das estradas ou entradas na mata alterou a configuração espacial do castanhal e possibilitou a chegada de migrantes ao castanhal Fortaleza. Contudo, para conseguirem a posse da terra, esses migrantes, conhecidos como posseiros, diferentemente dos colonos trazidos pela colonização oficial ou particular, ocupavam as terras com o intuito de obter a posse das terras ocupadas. Os colonos, em sua maioria, chegam depois da criação do Projeto de Assentamento (P.A.) e compram as terras de assentados, grileiros ou se apropriam de lotes abandonados. Enquanto os colonos transformam a terra em imóvel rural e renda fundiária, enquanto o posseiro não é proprietário, pois tem apenas a posse da terra.

Os posseiros geralmente se organizavam em grupos e faziam os chamados confrontamentos contra as milícias armadas de pistoleiros contratados pelo foreiro do castanhal, bem como a polícia e a justiça, que tendiam a favorecer o foreiro (Pereira 2013). Apesar de resistirem, os posseiros não tinham as mesmas condições nesses conflitos e, como resultado, ocorreram muitas mortes nesse período de transição no sudeste paraense, sendo a década de 1980 a mais violenta. A

maioria desses assassinatos não foram julgados e os culpados nunca foram condenados conforme demonstra a figura 2 que traz a situação jurídica dos assassinatos ocorridos no campo paraense.

Figura 2: Situação jurídica dos assassinatos na zona rural do Pará (1980-2024).



Fonte: Afonso e Pereira (2025).

A brutalidade de tais conflitos parecia uma continuação da malfadada guerrilha do Araguaia, onde o exército reprimiu com crueldade, fazendo uso de tortura e subjugação da população local, incluindo os indígenas, para contribuir na caça aos guerrilheiros (Peixoto, 2013). De acordo com Peixoto (2013), as forças de repressão da guerrilha criaram um padrão de violência na região, fortalecido pela impunidade demonstrada nas estatísticas da figura 2. Esse modelo permaneceu e foi reproduzido, com aval e participação do Estado, contra a população pobre durante o processo de ocupação dos castanhais no sudeste paraense. Como justificativa para tais atrocidades, inventou-se o fantasma da revolução comunista no campo, resquício da guerrilha do Araguaia.

Em Fortaleza e castanhais próximos, como o castanhal Dois irmãos, a repressão aos posseiros foi comandada por um dos pistoleiros mais temidos do sudeste do Pará naquela época: Sebastião da Terezona, que contava com um bando armado a serviço dos senhores dos castanhais e latifundiários da região. Esses pistoleiros eram, na maioria das vezes, denominados de fiscais, conforme atesta o seguinte relato:

"Era difícil fugir do castanhal, pois, tinha fiscal que hoje é o pistoleiro! Cada castanhal daquele tinha no mínimo 5 fiscal. Aí o cara não fazia nada! Se achasse bom ou ruim, tinha que ficar calado!" (entrevistado 4, pesquisa de campo 2022).

Segundo o trecho supracitado, o fiscal tinha a função de vigiar os trabalhadores. Todavia, com a chegada de novos migrantes que não estavam presos ao sistema de aviamento exercido pelos donos de castanhais, houve uma quebra nas dinâmicas sociais. Isso porque os posseiros, para além do uso da floresta para fins extractivos, pretendiam tomar posse da terra. Nesse processo, o fiscal assumiu a função de pistoleiro, que deveria barrar as pretensões dos posseiros recém-chegados. Nessa mudança das dinâmicas sociais, os posseiros tiveram função importante ao contestarem a concentração das terras e tomarem iniciativa no processo de luta pela terra (Hébette; Moreira 1997). Na esteira desse contexto, o entrevistado 1 (pesquisa de campo, 2022) informou o seguinte:

"Os donos de castanhais não tinham documento desses castanhais, só pagavam um papel que chama aforamento de castanha, aí era um mundo vêí o cara rodava o dia todinho num ponto de castanha, só de um cidadão, sem documento! Aí os caras foram vendo isso aí e foram invadindo!"

O entrevistado 2 (pesquisa de campo, 2022) acrescentou o seguinte sobre a época da ocupação: "Eu não sei se 82, 83 por aí assim, não me lembro direito o ano que o pessoal começou invadir os castanhais. Aí pronto, acabou esse negócio de castanha! Para você ter uma ideia, aqui ó do Coqueiro até no Raimundo Branco era tudo do Almir Morais". Os trechos anteriores demonstram a insatisfação dos posseiros com o controle da terra por poucos, assim como o estudo da situação jurídica das terras, a fim de saber se tinham donos.

No castanhal Fortaleza, houve chacinas realizadas por pistoleiros, como o citado Sebastião da Terezona. Nos diálogos em campo, o entrevistado 3 (pesquisa de campo, 2022), que trabalhou muito tempo na área como tropeiro e teve contato direto com o pistoleiro mencionado, relatou uma situação envolvendo a morte do posseiro Lázaro. Segue a fala:

A morte que presenciei foi do finado Lázaro, que os pistoleiros mataram. O Bastião da Terezona, conhecido pistoleiro do sul do Pará, pegou essa área (Fortaleza e Dois irmãos) para extrair castanha e chamou todos os posseiros para uma reunião que foi aqui (Fortaleza). Aí na reunião, o Bastião disse que não era para o posseiro cortar castanha na área dele. Aí todo mundo ficou calado! Aí o Lázaro falou assim: - Corto castanha onde eu quiser! O castanhal é do município. O Bastião respondeu: - Não, Lázaro, o que eu estou pedindo é um acordo com vocês: se cortar, vende para mim. Eu vendo para quem eu quiser foi a resposta do Lázaro! Aí o Bastião levantou e falou: se tu cortar castanha daqui para lá, eu te mato! Quando estava com uns quinze dias, chegaram me falando: - Olha, o Lázaro está entrando todo dia e ele foi avisado. Quando for quarta-feira, o Bastião vai buscar ele no Dois irmãos e é para matar! Aí eu fui de noite, mudei num burro, fui aonde o Lázaro estava e falei para ele. Quando eu saí, sabe o que ele falou? o Lucas quer é comprar castanha, desse

jeito! Quando foi no dia certinho, ele (Bastião) foi e o Lázaro tinha ido para o São Geraldo. Aí, quando vinha vindo de São Geraldo, os meninos foram atrás dele e falaram para ele não vir, mas não adiantou. Se ele ficasse lá, os pistoleiros não iam lá! e aí ele veio de presepa em cima da caminhonete e quando chegou não fez nada. Tinha uma espingarda, não deu um tiro no sem-vergonha! aí pegaram ele e trouxeram para cá (Fortaleza).

O relato acima demonstra que os conflitos entre posseiros e os foreiros do extrativismo da castanha-do-pará também estavam relacionados ao extrativismo da castanha. A vinda de posseiros para essa área, conforme mencionado anteriormente, causou uma ruptura nas dinâmicas sociais locais, atreladas ao sistema de avamento, pautado pela dependência do castanheiro em relação ao patrão e um regime de trabalho escravo.

A luta dos posseiros no sudeste paraense foi resultado de uma conjuntura que envolveu a atuação dos sindicatos, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). De acordo com Hébette e Moreira (1997), a igreja católica, atuou através da CPT, auxiliou os posseiros no fortalecimento dos sindicatos, possibilitado pela integração e pelas reuniões propiciadas pelas CEBs. A partir dessa organização e união, criou-se a perspectiva de luta posseira pela terra.

A força e o tamanho do movimento dos posseiros no castanhal Fortaleza foram citados pelo entrevistado 3 (pesquisa de campo, 2022) “Aqui encheu de posseiro. Tinha posseiro até nos galhos de pau! Quando seu Almir saiu daqui, é porque não dava mais conta de tanto posseiro. Essa área aqui da entrada dos Pacus para cá foi indenizada”. A indenização citada pelo entrevistado acima refere-se ao TDAs (Títulos da Dívida Agrária), concedido às oligarquias pelo então ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Jader Barbalho.

O Estado, representado principalmente pelo GETAT e pelo INCRA, mostrou-se parcial e ineficiente. O GETAT, segundo Miranda (2023), abriu o caminho para a apropriação de grandes áreas de floresta e terras pelo capital financeiro, o que resultou em grande exploração madeireira e desmatamento, pois não tentou impedir os conflitos agrários. Pelo contrário, na maioria das situações, ficava ao lado dos fazendeiros e donos de castanhais. Entre os pistoleiros nos conflitos de terra, não era incomum encontrar policiais, e a justiça era leniente, servia apenas para atender às demandas dos latifundiários (Pereira, 2013).

O INCRA atuava de forma tardia, após o início dos conflitos ou quando estes já haviam cessado com a consumação da ocupação dos posseiros. O entrevistado 2 (pesquisa de campo, 2022) reforçou que o INCRA só atuava após as ocupações: “O certo era o governo antes ver a situação do terreno, medir e entregar o lote para cada um, mas não! Eles incentivavam o pessoal a entrar, aí depois que o INCRA chegava para demarcar”.

O entrevistado 8 (pesquisa de campo, 2022) citou os discursos proferidos pelo INCRA no processo de ocupação e demarcação das terras em Fortaleza: “Trabalhei vários anos para serraria e na época que a gente chegou para cá o que a gente ouvia falar pelo pessoal do INCRA era que o povo tem que entrar nas terras!” (Entrevistado 8, pesquisa de campo 2022). Essa fala confirma a importância de ocupar a terra para ter a efetivação de sua posse. Outro relato revelador do mesmo entrevistado é o seguinte:

Então, na época, eles disseram assim para todos os órgãos, tanto o INCRA, GETAT e os outros que eram influídos com esse negócio de terra. Eles diziam para o povo: - Tem que derrubar a metade da terra para você ganhar o resto da mata.

Esse trecho demonstra a nova forma de ocupação e uso da terra pretendida para a região, onde não havia mais espaço para a floresta e o extrativismo. A alteração da paisagem através do desmatamento foi imposta como condição para ter acesso à terra e, em muitos casos, era a única opção, pois a maioria dos posseiros não obtinha rentabilidade suficiente advinda do extrativismo. Um dos motivos para isso era a extensão insuficiente dos lotes de terras distribuídos (Homma, 2001).

A demarcação e distribuição das terras da Fortaleza pelo INCRA se deu com a criação do Projeto de Assentamento (P.A.) Lagoa Bonita, no fim do ano de 1988, o que representou uma mudança na configuração espacial e dinâmicas sociais desse lugar. Com a instalação do P.A., os posseiros transformaram-se em assentados ou colonos, uma vez que os assentamentos são uma tentativa de colonização oficial cujo objetivo, na verdade, era limpar a terra para a entrada da colonização particular, representada pelos pecuaristas.

A imposição desse novo modo de ocupação da terra, a condição financeira instável e o tamanho insuficiente dos lotes para gerar o extrativismo rentável, fizeram muitos colonos em Fortaleza e proximidades a venderem seus lotes por valores irrisórios, de acordo com entrevistado 7 (pesquisa de campo, 2022). Aliado a isso, não havia, nessa área, oferta de empregos, pois os assentados não tinham condições de pagar trabalhadores. O entrevistado 9 (pesquisa de campo, 2022) confirma essa falta de trabalho: “Quando eu cheguei aqui, nem serviço a gente achava! Quando achava serviço, a maioria dos donos de terra não tinha condição de pagar o trabalhador”.

Somado à falta de capital e à ausência de assistência do governo, havia outros aspectos que dificultaram a fixação dos colonos em seus lotes, como as dívidas com os bancos, que estavam atreladas aos lotes e não à pessoa. Isso fazia muitos abandonarem os lotes quando recebiam o financiamento. Além disso, a venda do lote com dívida era mais difícil, pois o novo dono deveria assumir a dívida (Fearnside, 2010). Apesar dessa dificuldade, muitos lotes foram vendidos, o que fez o INCRA, segundo Fearnside (2010), citar a existência de uma “indústria da invasão”, expressão utilizada

para descrever aqueles que ocupavam uma terra apenas para vendê-la quando se tornava o dono da terra, e com isso ir atrás de outra terra para ocupar e vender novamente. Essa prática gerou um ciclo vicioso e construiu para a formação uma população flutuante na região.

De acordo com o autor citado, geralmente o segundo lote adquirido por uma pessoa era registrado no nome do cônjuge ou de um filho, pois havia um limite de apenas um lote por pessoa. Em relação a esse processo de especulação fundiária e à venda de lotes nesse espaço, o entrevistado 1 (pesquisa de campo, 2022) disse o seguinte:

Ah não! aí não tinha jeito porque os homens ricos foram dando fé (tomando conhecimento da existência das terras e comprando) e os pobres só entram só para invadir! aí os ricos foram tomado de conta. Hoje pode caçar um aqui nessas regiões próximas à Fortaleza dos que invadiram aí para ver se acha! não acha. Os que invadiram venderam tudo para os fazendeiros e racharam no mundo”.

O relato acima revisita o movimento da fronteira de Martins (1996), ocorrido em Fortaleza, onde a venda dos lotes para uma segunda leva de migrantes com dinheiro prevaleceu. O entrevistado 2 também fez uma observação referente à especulação fundiária e ao ciclo vicioso de ocupação e venda de terras na área (pesquisa de campo, 2022): “Geralmente, os ‘invasores de terra’ não querem terra para trabalhar e sim para negócio, ou seja, na hora que a terra valoriza um pouquinho, é vendida e a pessoa vai caçar outra terra para tirar”.

As duas falas anteriores mostram como prevaleceu o discurso que via muitos posseiros como invasores de terra. Essa visão, potencializada por órgãos como o GETAT, se sobressaiu sobre a realidade local ao simplificar a especulação fundiária, o abandono ou a venda de lotes, pois não considera a falta de ajuda financeira e assistência técnica dada aos colonos. Com a chegada dos fazendeiros para criar gado bovino nos assentamentos, a derrubada foi acelerada, resultando no pico da extração de madeira.

Além da madeira e da castanha-do-pará, outra atividade extractiva existente nesse período era a coleta do cupuaçu (*theobroma grandiflorum*). Com o desmatamento, os cupuaçzeiros nativos foram destruídos e a atividade de extração e o corte do cupuaçu em escala comercial diminuíram. Nesse período, virada de milênio, a paisagem local já estava completamente mudada, restando poucas matas devido à abertura de estradas e às derrubadas para o plantio de roças de arroz e fazendas de gado.

Conforme se discutiu neste artigo, as dinâmicas sociais da Fortaleza mudaram com a chegada dos posseiros, que confrontaram o poder do foreiro do castanhal, opondo-se à relação de dependência do castanheiro, e levam uma nova forma de uso e ocupação da terra, centrada em

atividades agropecuárias, com a criação do projeto de assentamento e a divisão do castanhal em lotes. Essa forma de uso e ocupação da terra é fruto da nova configuração espacial e paisagem, alteradas com a abertura das estradas, chegada dos posseiros, conflitos, desmatamento e a diminuição do prestígio político das oligarquias.

Entretanto, a nova configuração espacial não propiciou as condições para a maioria dos colonos permanecer nas terras, principalmente devido à pobreza, à falta de políticas públicas e de incentivos governamentais. Nesse contexto, formou-se uma configuração espacial e paisagem centrada nas estradas, bem como a vila Fortaleza, com a serraria e as usinas de arroz; as roças de arroz e as fazendas bovinas transformam a paisagem e condicionam as dinâmicas sociais locais. A vila Fortaleza e as fazendas de gado bovino permanecem até a atualidade como lembranças da transição e elementos da configuração espacial e paisagem atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo abordou o início da transição ocorrida no espaço do castanhal Fortaleza, município de São Geraldo do Araguaia, sudeste do Pará. Para demonstrar essa mudança, foram utilizados os conceitos de configuração espacial, paisagem e dinâmicas sociais, que são indissociáveis e permitem traçar uma explicação da formação espacial da área de pesquisa. A análise dessa mudança considerou as dinâmicas espaciais do castanhal Fortaleza a partir das noções de transição e situação geográfica.

A transição no castanhal Fortaleza começa com a chegada dos posseiros, que ocupam esse castanhal e enfrentam o domínio do foreiro. Essa nova dinâmica social ocasiona conflitos pela terra e leva a uma nova forma de uso e ocupação da terra, centrada em atividades agropecuárias, com a instalação do Projeto de Assentamento (P.A.) Lagoa Bonita e a divisão desse espaço em lotes de terra. Entretanto, a configuração espacial criada com o P.A. Lagoa Bonita não propiciou as condições para a maioria dos assentados permanecer nas terras, principalmente devido à pobreza e à falta de políticas públicas. Isso abriu caminho para a extração de madeira e a pecuária bovina implantada no castanhal.

Para possibilitar debate sintetizado acima, a pesquisa de campo realizada com os moradores da vila Fortaleza atual foi essencial. Espera-se que esta pesquisa chegue a novas gerações, sendo uma forma de fazer isso: a elaboração de um projeto interdisciplinar na escola do povoado, em parceria com a gestão da escolar e os professores de Geografia, História e Estudos Amazônicos.

Sobre a discussão feita neste artigo, uma possibilidade futura, tomando a transição ocorrida nesse lugar como ponto de partida, é realizar uma pesquisa analisando essa mudança com foco no território, o que aprofundaria as discussões sobre as relações de poder, identidade e pertencimento dos posseiros existente no começo dessa transição. Do ponto de vista territorial, a ocupação do castanhal pelos posseiros e as disputas pela terra representam uma quebra de poder, pois questionaram o domínio das oligarquias, conforme abordado neste artigo.

Em relação às limitações desta pesquisa, destaca-se a ausência de entrevistas com posseiros que ocuparam a área, bem como com lideranças da Igreja Católica e órgãos ligados à questão da terra existente na época. A falta de fotografias desse período também deixa uma lacuna a ser preenchida em uma pesquisa posterior, caso seja encontradas fotos da época.

O presente artigo trouxe uma temática atual no contexto amazônico, pois trata da ocupação de terras, conflitos, desmatamento e extração de madeira. Assim como o antigo castanhal Fortaleza, áreas da Amazônia atual enfrentam a violência rural e a concentração de terras. Essa discussão ganha ainda mais força no ano de 2025, quando Belém/PA sediou a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP-30), no mês de novembro. Resta saber se as demandas da Amazônia real e seus protagonistas tiveram espaço nesse evento mundial.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, José Batista Gonçalves; PEREIRA, Airton dos Reis. **Assassinatos e impunidade no campo no Pará: 1980 a 2024**. Belém, PA: Editora Dialética, 2025.
- ALMEIDA, José Jonas. **Do extrativismo à domesticação: as possibilidades da Castanha-do-Pará**. 2015. 304 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, USP, São Paulo, 2015.
- BARREIROS, Rogger Mathaus Magalhães; FERNANDES, Danilo Araújo; ANDRADE, Renata Almeida de. A transição histórica das oligarquias da castanha na região de Marabá: redes sociais, hegemonia e transformações no bloco de poder das elites locais entre os anos de 1920 e 1980. In: **XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**. Niterói. 2017. p. 29.
- BENTES, Rosineide da Silva.; MARÍN, Rosa Acevedo; EMMI, Marília Ferreira. Os cemitérios das castanheiras do Tocantins. **Pará Desenvolvimento**, n.23, p.18-23. 1988.
- BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Constituição (2011). **Decreto Legislativo n.º 136, de 2011**. Dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Estado do Carajás, nos termos do inciso XV do art. 49 da Constituição Federal. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 27/5/2011, p. 77
- BRITO, Eliseu Pereira de; SILVA, Samuel Santos. Por entre os castanhais: sujeitos e lugares no povoado Fortaleza em São Geraldo do Araguaia, Pará. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, 2020. p. 415-428.
- EMMI, Marília Ferreira; MARIN, Rosa Acevedo. Crise e rearticulação das oligarquias no Pará (Paper 104). **Papers do NAEA**, v. 7, n. 1, 1998.

EMMI, Marília Ferreira. Os castanhais do Tocantins e a Indústria Extrativa no Pará até a década de 1960. **Paper do NAEA**, 166. Belém: UFPA, 2002.

FEARNSIDE, Philip Martin. Questões de posse da terra como fatores na destruição ambiental na Amazônia brasileira: O caso do sul do Pará. **World Development**, v. 29, n. 8, p. 1361-1372, 2010

HÉBETTE, Jean; MOREIRA, Edma Silva. A Marcha do Trabalhador do Campo Rumo à Cidadania Domínio da Terra e Estrutura Social no Pará. **São Paulo em perspectiva**, v. 11, p. 2, 1997.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **As políticas públicas como indutoras da “morte anunciada” dos castanhais no sudeste paraense**. Belém: EMBRAPA, 2001.

IMAZON - Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Pará). **Estudo reforça ligação entre estradas e desmatamento na Amazônia**. 2014. Disponível em: <https://imazon.org.br/imprensa/estudo-reforca-ligacao-entre-estradas-e-desmatamento-na-amazonia/>. Acesso em: 08 dez. 1996

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**. USP/São Paulo. v. 8, n. 1, p. 25-70, 11. 1996

MAZUTTI, Amarildo José. **Acumulação por desapossamento**: O caso do Polígono dos castanhais, Amazônia brasileira. 2019. 195 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia - PDTSA, UNIFESSPA, Marabá/PA, 2019.

MIRANDA, Rogério Rego. A organização da luta pela terra no Sudeste Paraense a partir dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs). **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, e2331213, 27 nov. 2023.

NAHUM, João Santos. Elementos de uma teoria social do Espaço: convite ao pensamento de Milton Santos. **Boletim gaúcho de Geografia**, Porto Alegre/RS. V. 46, Nº 1/2. 2019.

NOSSA, Leonencio. **Mata!** O Major Curió e as guerrilhas no Araguaia. Companhia das Letras, 2012.

O ECO. **Mapa**: Relação entre estradas e desmatamento na Amazônia. 2013. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/27183-mapa-relacao-entre-estradas-e-desmatamento-na-amazonia/>. Acesso em: 08 dez. 2022.

PEIXOTO, Rodrigo Correa. Memória, verdade e justiça: reconhecendo abusos do passado e do presente no Bico do Papagaio. **Novos Cadernos NAEA**, v. 16, n. 2, 2013.

PEREIRA, Airton dos Reis. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará**: migrações, conflitos e violência no campo. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

RIVERO, Sérgio; ALMEIDA, Oriana; ÁVILA, Saulo; OLIVEIRA, Wesley. Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 41-66, 2009

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica, Razão e Emoção. 4ª Edição. 10 reimpressão São Paulo: Edusp (Editora da USP), 2020.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: EDUSP, 2020.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. São Paulo: EDUSP, 2021.

SILVA, Samuel Santos; MENDES, Maurício Ferreira; RAMOS, Alexander Webber Perlandim. Análise da Dinâmica Temporal da Paisagem do Município Amazônico de São Geraldo do Araguaia-PA, Brasil. **Espaço Aberto**, v. 11, n. 1, p. 27- 42, 10 maio 2021.

SILVEIRA, Maria Laura. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Revista Território**, v. 4, n. 6, p. 21-28, 1999.

APÊNDICE

Questões do Roteiro de campo II – Transição – realizada em julho de 2023

1. Quando o sr(a) mudou para a região (vila) e como era a região (vila)?
2. O que se lembra da paisagem daquela época?
3. Quais as espécies de animais, árvores e plantas mais comuns nas matas?
4. Quais eram as carnes de caça mais consumida? Além da caça, o que mais vocês conseguiam na mata?
5. Como eram as casas das pessoas na quando chegou na região (vila)? E a primeira casa que o sr. construiu como era?
6. Existiam áreas de pastos e roças na região? Se sim, como eram?
7. O Sr(a) ajudou ou presenciou a abertura de alguma estrada, entrada, arrastão ou ramal? Como era feito a abertura das estradas?
8. Quando a estrada que liga Fortaleza a BR-153 foi aberta?
9. Quando começou o transporte de passageiros por carro de linha e quem era o responsável?
10. Quais eram os modelos de carros mais comuns? Quando os moradores começaram a comprar carros?
11. Quando os moradores começaram a comprar motos? Quem foram os primeiros a possuírem motos na região?
12. De onde vieram os posseiros? De outros estados ou já estavam na região?
13. O senhor participou de alguma ocupação de terra ou conhece alguém que participou? Que histórias conhece sobre essa época dos conflitos entre posseiros e pistoleiros?
14. Como era esses confrontamentos dos posseiros?
15. É verdade que o povo acreditava naquela época que tinha posseiro e pistoleiro com o “corpo fechado”, que virava bicho ou tinha pacto com o diabo?
16. A atuação do INCRA na região da Fortaleza e Dois irmãos ocorreu antes ou após os conflitos de terra? Por quê?
17. Quando e como foi feita a demarcação e distribuição dos lotes de terra para os posseiros e colonos?
18. Quantos P.A foram criados na área onde era o castanhal Fortaleza?
19. No período dos conflitos e no começo da vila, quando ainda tinha mata, o pessoal ainda coletava castanha para vender?